PALESTRA

POLÍTICAS DEMARCATÓRIAS, DIREITOS ORIGINÁRIOS E O POVO KAI NGANG¹

PAULO BRANDO SANTILLI²
UNESP

PROMOÇÃO: Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais – NIT/UFRGS; Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica – DESMA/UFRGS; Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários – AEPIM.

Agradeço muitíssimo o convite e a oportunidade de estar com vocês hoje. É para mim uma grande honra e prazer estar entre amigos, colegas e companheiros de tantas jornadas, podendo agora retomar questões que discutimos em contextos passados e submetê-las aqui à análise mais ampla. Eu gostaria de também agradecer inicialmente a atenção e a consideração dos que me antecederam, em especial ao Jaime Alves e ao Sergio Baptista da Silva, pela motivação que souberam trazer aos participantes deste evento, fomentando as articulações do CEPI, cujo pioneirismo é fonte inspiradora para tantas iniciativas em outros estados, assim como o MST e o Fórum Social Mundial serviram ao país afora, livrando-o da letargia que o acometeu por longos períodos.

A iniciativa do NIT, DESMA e AEPIM em reunir estudantes, pesquisadores, dirigentes de ONGs, gestores públicos e índios na

¹ Proferida no Curso de Extensão “Reconhecimento e valorização do manejo florestal, do trabalho artesanal e da cultura *kaingang* na grande Porto Alegre”, no seu quinto e último módulo, **Políticas demarcatórias, direitos originários e o povo kaingang**, ocorrido em 4 de dezembro de 2009. Texto revisado pelo autor.

² Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Professor da Universidade Estadual Paulista, Ex-Coordenador do CGDI-FUNAI. E-mail: santilli@fclar.unesp.br.

universidade estimula a liberdade de imaginação, o estudo, a reflexão e o debate para buscarmos caminhos e vislumbrarmos possibilidades dos procedimentos possíveis para o reconhecimento dos direitos históricos dos povos indígenas, não só aqui, como em outras partes do país. É exatamente na sequência cotidiana, nas discussões levadas dia-a-dia que poderemos vislumbrar, e mesmo ousar enveredar por novos rumos, posturas e padrões nas relações entre os diversos segmentos e povos que constituem a sociedade brasileira, para que as tornemos mais gratificantes do que foram no passado. O nosso passado de violência, como foi aqui tão bem relatado, não será superado com o mero esquecimento, certamente, mas poderemos nos valer das vivências e de sua memória, presente nessas discussões rotineiras, para aprendermos com cada caso, e refletirmos sobre as múltiplas novas situações possíveis que ainda estamos criando.

Nesse sentido parece-me bem proveitosa a conversa de hoje por comparecem as lideranças kaingang, assim como vieram numa ocasião anterior a um encontro em Passo Fundo, quando a sua mobilização favoreceu a definição de uma política indigenista partilhada por todos no âmbito estadual. Naquela ocasião foi possível equacionar, com a proposição de três Grupos Técnicos, os procedimentos para a identificação e delimitação das terras indígenas kaingang, abarcando prioritariamente a população acampada às margens das estradas, como também a estabelecida em áreas com ampliação, já reivindicadas há décadas. Tal política partilhada representou, com efeito, um ponto de inflexão na política indigenista oficial. Naquele momento foi possível reverter o famoso 'faccionalismo Jê', direcionado à multiplicação pulverizadora de áreas, e independente das disputas políticas e rituais opondo indivíduos, parentelas e comunidades, partir para a criação de um plano de convergência sobre prioridades para o reconhecimento de direitos territoriais, compreendendo todas as reivindicações kaingang no Rio Grande do Sul.

Bom, agora chegou o momento oportuno para uma reflexão.

Sendo esta a última sessão de um curso de extensão sobre gestão territorial, convém, então, para uma reflexão sobre tais questões, distinguirmos sua análise em três tempos ou períodos de duração: um primeiro, atinente ao tema deste curso na universidade, a gestão; um

intermediário, em que podemos situar os processos administrativos locais de ordenamento fundiário, referenciado à mais recente gestão de governo; e o terceiro, de mais longa duração, que nos permite apreender em perspectiva as mudanças estruturais em curso no país.

Começando pelo terceiro: passados já 21 anos de vigência da nossa constituição, talvez ainda não tenhamos nos dado conta da profunda mudança que vivemos desde a inscrição do direito à diferença nos artigos 231 e 232. O direito à diferença vem romper com mais de quatro séculos de tradição "assimilacionista" sobre os povos indígenas – em que as políticas de estado, as políticas públicas, estiveram, e em sua maior parte ainda se mantêm, voltadas para a assimilação forçada dos povos indígenas, povos estes considerados não enquanto sociedades, culturas, coletividades, mas apenas aglomerados de indivíduos a serem inseridos, diluídos em meio à sociedade nacional. Diferentes períodos, diversas fórmulas, mas é apenas recentemente, a partir de 1988, que passamos a conceber a convivência entre diferentes não apenas relegada aos momentos iniciais de formação do nosso país, mas no tempo presente e mesmo garantia de futuro. É uma grande mudança, nós brasileiros pensarmos, agirmos e convivermos com toda a diversidade social e cultural do país, e não pretendermos mais encerrá-la apenas em um capítulo nos livros de história sobre os momentos iniciais de formação da nação brasileira.

Mesmo tendo há tantos anos o princípio jurídico de que a garantia das terras ocupadas tradicionalmente pelos índios independe de qualquer procedimento administrativo, sabemos que de fato, a observância e o exercício dessa posse, do usufruto dos índios, requer, para que se possa valer nas mais diversas instâncias judiciais, desse procedimento administrativo, como foi descrito tão bem pelo Jaime, longo, moroso, de tantos relatórios, tem várias etapas de identificação, delimitação, demarcação, homologação, isso tudo ainda sempre passível de contestações judiciais. E o nosso sistema jurídico também permite recursos protelatórios que podem prolongar esse processo administrativo quase indefinidamente, como os muitos casos mencionados tanto pelo Sergio como pelo Jaime, que se estenderam ao longo de décadas. Então, vivemos num país que tem essa contradição: ao mesmo tempo em que é pródigo em anunciar e em promulgar direito

genéricos, temos na prática esses direitos negados diante das situações e dos povos indígenas em cada área, em cada parte do seu território. Ao mesmo tempo em que temos esses anúncios genéricos não só na questão dos direitos territoriais, mas dos direitos históricos à diferença, à educação, à saúde, também vemos uma grande morosidade, uma grande dificuldade do reconhecimento disso na prática.

Isso vem evidenciar que não há uma política indigenista propriamente no país. O que há são políticas que dão a tônica da ação e da atuação do Estado no campo da energia, dos transportes, no campo de obras públicas, e outros setores. E a política indigenista vai sendo traçada nos interstícios desses outros setores que realmente conferem a tônica da ação do Estado. Então é meio que nas brechas entre uma e outra que vai sendo meio que levada de empurrão uma política indigenista e não como uma determinação ou um programa de governo. A política indigenista nunca teve esse papel definidor, ou central nas políticas públicas. Em contraste com os países vizinhos, constatamos que no caso do Brasil o reconhecimento do direito à diferença está referenciado basicamente aos direitos territoriais, um tanto diferente dos outros países que têm uma ênfase na autonomia administrativa, na autonomia política, ou mesmo dessas políticas públicas de educação e de saúde. Aqui no Brasil, em consequência de uma experiência histórica própria, produto também da vivência dos próprios índios, temos como prioridade a garantia dos direitos territoriais e vemos a partir deles os outros direitos históricos.

Fazendo um rápido balanço desde essa nossa perspectiva, temos hoje instituídas oficialmente 644 áreas ou terras indígenas em todo o país – perfazendo uma extensão de pouco mais de 110 milhões de hectares, que corresponde a algo em torno de 12% a 13% do território nacional. Considerando que grande parte dessa extensão e dessas terras foram criadas e regularizadas depois da constituição, ou seja, nos últimos vinte anos, pois anteriormente não tínhamos os mesmos estudos, evidências ou parâmetros comparáveis para o discernimento do que fossem terras de ocupação tradicional, podemos formar uma vaga noção das significativas mudanças introduzidas desde a instituição do direito à diferença. As terras indígenas que foram reconhecidas como aldeamentos no período colonial, durante o império, ou mesmo pelo

Serviço de Proteção ao Índio na primeira república, eram tidas como transitórias – ou com o pressuposto de que os índios considerados primitivos, selvagens, mais tempo ou menos tempo iriam se diluir em meio à sociedade nacional, iriam desaparecer. Então, essas terras representam pequenos estilhaços da colonização sobre os territórios de ocupação tradicional, ou nas palavras de um conhecido antropólogo, Curt Nimuendaju, verdadeiros depósitos humanos onde os índios eram aglomerados para se livrar as áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios para a titulação privada, para a apropriação particular. Com efeito, não eram terras destinadas a sua reprodução física e cultural – como nos termos da legislação vigente –, mas terras destinadas simplesmente à integração dos índios à sociedade nacional na condição de trabalhadores, expropriados, como um contingente de mão-de-obra disponível para os mais variados projetos de exploração econômica.

As terras indígenas instituídas anteriormente à constituição, comparadas às existentes atualmente, perfazem uma extensão irrisória, em sua imensa maioria, as terras indígenas que hoje perfazem em torno de 12% a 13% do território nacional, foram regularizadas ao longo dos últimos 20 anos. E se essa proporção é um tanto significativa, cumpramos também relativizar: em grande parte essas terras encontram-se invadidas, como também fortemente degradadas, ou mesmo pressionadas por diversas frentes de colonização, comprometidas com atividades que são predatórias e não condizentes com o usufruto pleno por parte dos povos indígenas. Devemos então nos precaver com as grandes cifras, pois ao examinarmos concretamente cada uma dessas áreas, verificamos que se encontram degradadas, ameaçadas, invadidas. Quanto a sua distribuição geográfica pelo território nacional, se considerarmos em sua extensão, constatamos que 98% das terras indígenas, ou seja, praticamente a totalidade delas estão concentradas na Amazônia, onde vive praticamente 60% da população indígena. Então, temos os restantes 40%, da população indígena do país³, ou quase metade, habitante de outras regiões do país, vivendo em apenas 2% da extensão territorial. Então, podemos formar uma noção do atraso

³ As estimativas variam em torno de 450 mil indivíduos, apenas dentro dos limites das terras indígenas. Se considerados também além destes limites, nas fazendas, garimpos, acampamentos, cidades, etc., a estimativa alcança algo em torno de 700.000 a 1 milhão de indivíduos.

histórico secular no processo de reconhecimento dos direitos territoriais. Tal avanço significativo durante os últimos 20 anos ocorreu sobretudo na Amazônia, enquanto nas outras regiões do país muito pouco se alterou, ou, mesmo, pode-se dizer que houve consolidação da ocupação colonizadora. Na região sul, ou, como mencionou o Sergio especificamente para o Rio Grande do Sul, onde a expropriação territorial dos índios avançou com maior rapidez a partir do século XIX, o quadro geral permanece praticamente intocado.

A concentração na Amazônia ocorreu devido a vários fatores: entre eles, os procedimentos de regularização fundiária acabam rendendo naquela região resultados mais expressivos em termos de extensão das áreas, porque a população não é tão densa, as terras não têm valor tão alto no mercado imobiliário, e o tipo de grilagem das terras é mais tosco, grosseiro, e via de regra não tem respaldo em documentação cartorial como em outras partes do país em que se forjou mais frequentemente, de alguma forma, registros escritos com que se procurou legitimar a espoliação das terras indígenas. Na Amazônia, a titulação privada das terras não teve a mesma abrangência como em outras regiões, então o governo federal, desde o final da ditadura até agora, tem priorizado as ações administrativas para discriminação de grandes glebas fundiárias ali, porque apresentam maiores resultados em termos de extensão de áreas regularizadas, com menor custo, tanto financeiro quanto político, em relação a outras áreas do país, em que populações mais densas e articulações políticas regionais oferecem maior resistência à regularização das terras indígenas. Isso se soma com a disponibilidade de recursos destinados aos projetos de ordenamento fundiário provenientes da cooperação internacional: grande parte das terras indígenas na Amazônia foi regularizada nas duas últimas décadas com recursos procedentes desses programas, sobretudo o PPTAL, que é um componente do Programa de Proteção às Florestas Tropicais no Brasil, o PPG7, criado pelos sete países mais industrializados naquela reunião internacional, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, com a formação de um fundo, em parte destinado à regularização das terras indígenas. Portanto, não se tratou meramente de uma determinação ou programa de governo, mas também de recursos financeiros, aliás, destinados a fundo perdido, pelas agências de cooperação internacional,

para a região. E se hoje sabemos, através das imagens de satélites, de fotografias aéreas, que as terras indígenas apresentam uma melhor conservação da sua vegetação, da sua fauna, até mesmo do que as áreas de proteção ambiental, onde a deficiência de funcionários e mecanismos de fiscalização torna-as mais vulneráveis à exploração predatória do que onde vivem os índios, as áreas por eles ocupadas, em que tratam eles mesmos de repelir ou de fazer frente a esses investidas – isso não pode ser creditado aos governos.

Por motivos vários, o reconhecimento de direitos territoriais avançou muito na Amazônia, mas ainda pouco, ou quase nada nas outras regiões. Na Amazônia, o custo financeiro e político dos procedimentos voltados para o ordenamento fundiário são bem menores, além de apresentar um rendimento comparativo bem mais impactante, em termos das cifras de milhões de hectares, e muito mais visível no cenário internacional, portanto com mais rentabilidade política para os governantes, que, assim, preferiram atuar lá. Então, numa avaliação sumária, podemos perceber que restaram por reconhecer oficialmente as áreas com maior densidade demográfica, com ocupação colonizadora mais consolidada, com maior valor de mercado e que apresentam também maior resistência política, e é precisamente com isso que nos deparamos aqui ao nos defrontarmos com as dificuldades para constituir os Grupos de Trabalho, para levar adiante os procedimentos administrativos para a regularização das terras indígenas, ao tentar mover as engrenagens administrativas para dar cumprimento aos preceitos constitucionais.

Dentro desse quadro mais geral das medidas administrativas para a regularização das terras indígenas nos últimos 20 anos, podemos situar agora as ações pontuais mais recentes, propostas no início da atual gestão do órgão indigenista oficial, com vistas a mobilizar os recursos, os meios, para minimamente tentar reverter esse monumental atraso histórico no reconhecimento dos direitos territoriais, não apenas nas regiões Sul e Sudeste do país, mas para focalizarmos hoje o que nos toca mais de perto, as ações propostas e debatidas entre as lideranças kaingang reunidas em Passo Fundo.

Tratou-se a princípio de tentar reverter a antiga lógica de uma ação pontual de fazer um grupo para uma única terra indígena,

enquanto todas as outras estão sendo espoliadas, degradadas, com toda essa demora que leva o procedimento administrativo que até que se chegue a um reconhecimento de uma área isolada, todas as outras sofreram um grande retrocesso, uma grande depauperação. Então, a idéia que norteou a mobilização dos meios, não apenas financeiros, mas também técnicos, e sobretudo de articulação, foi de buscar concatenar uma atuação que não fosse isolada, ou pontual, mas de considerar em seu conjunto os povos, de se formar, de se levantar, de se colocar de público as próprias concepções de território e não apenas de terra – a distinção entre terra, uma superfície de qualquer medida, e território, entendido como o investimento simbólico que um povo faz num determinado espaço. Então, se buscou uma atuação de conjunto, e por isso enfrentamos essa situação difícil que foi mencionada aqui do Mato Grosso do Sul; ao invés de tratar cada área isoladamente, tratou-se então de arregimentar os quadros necessários e instituir os sete Grupos de Trabalho que poderiam então buscar uma apreensão ou um conhecimento dessa própria concepção de território, no caso dos povos guarani que estavam em uma situação mais vulnerável, talvez mais crítica do que outros. Assim, tanto com os Guarani quanto com os Kaingang, buscou-se estabelecer uma interlocução visando trazer a público não apenas cada ponto isolado, ou repetir a mesma lógica de ação de acirrar fracionalismos, ou disputas internas, mas, pelo contrário, buscou-se formar uma idéia e uma avaliação conjunta dos territórios por serem reconhecidos oficialmente, e se fazer uma conta, não de pontos isolados, empurrando para o futuro remoto o conjunto, mas tentando traçar uma visão conjunta das lideranças e colocá-la numa perspectiva em que houvesse uma interlocução do início ao fim dos trabalhos: uma interlocução inclusiva entre os índios todos que vivem em diferentes unidades administrativas, estados, municípios e não fracionados opondo-os uns aos outros, como sempre foi o jogo da colonização.

Bom, estamos nos deparando agora com as dificuldades em levar isso adiante, em reverter essa lógica divisionista já tão gasta. E nestes embates ganham relevo as especificidades com que se vai construindo possibilidades de ação para a observação dos princípios constitucionais articulados às situações concretas. Se, por um lado, a criação de Grupos

de Trabalho simultâneos abarcando territórios concebidos em extensões contínuas tem o mérito qualitativo na identificação de territórios e não áreas de terras isoladas, dissociadas das formas próprias de sociabilidade, por outro lado, notamos que esse procedimento pode potencializar ações adversas, como acontece, por exemplo, com a crescente judicialização dos processos administrativos e a mobilização política contrária a sua tramitação. Entre os princípios constitucionais mais amplos e a miríade de empecilhos que se forjam para a sua aplicação efetiva, não se pode dissimular com protelação os impasses que tendem a multiplicar-se, mas sim buscar articular as instâncias com distintas esferas de atribuição e responsabilidade em torno de ações concatenadas. Aqui, por exemplo, no caso do Rio grande do Sul, é valioso um esforço para acionar a lei estadual que prevê a indenização dos títulos que foram expedidos pelo próprio estado sobre as terras indígenas reconhecidas anteriormente no âmbito estadual para, agora, com os procedimentos atuais adotados para a identificação e delimitação das terras indígenas, poder restituir aos índios seus territórios de ocupação tradicional, buscando minimizar, ao invés de acirrar, os conflitos com a população regional, mediante a indenização pelos títulos incidentes sobre tais territórios expedidos indevidamente. Esta lei estadual está em discussão em assembleias legislativas de outros estados, mas por ora vigora apenas aqui. Articular direitos constitucionais com a legislação estadual, concatenar possibilidades locais, tudo isso, certamente requer gestões, habilidades, jogos de interesses e contradições. Creio que já tivemos um precedente ao acionar esta lei estadual (desintrusamento TI Serrinha), em que se arregimentou recursos orçamentários dotados para a reforma agrária, no âmbito federal, recursos estes que foram repassados através do INCRA para o governo estadual e utilizados no pagamento de indenizações de títulos fundiários expedidos indevidamente. Artifícios como este podem ter sua relevância, quando, eventualmente, não basta apenas uma aplicação mecânica do princípio constitucional às situações mais diversas; a observância do princípio constitucional, aliada a este instrumento legal - que pode viabilizar o pagamento de indenização a títulos adquiridos por pequenos agricultores, que trabalharam a vida toda na terra -, possibilita soluções, ou mesmo pode evitar o

acirramento da violência contra os índios ao longo desse processo, ou, ao menos, no início do processo de reconhecimento em algumas áreas, que sabemos, pode se arrastar por muitos anos.

Questões de princípios, cabe ressaltar, não são objeto de negociação. Os direitos territoriais indígenas, e em particular, o reconhecimento das terras ocupadas tradicionalmente pelos índios independente de qualquer procedimento administrativo ou jurídico, assim como a nulidade de qualquer título ou transação incidente em terra indígena - pois que no Brasil constitui propriedade da União -, devem ser observados em quaisquer circunstâncias. A remoção de eventuais ocupantes intrusos das terras indígenas, não é passível de indenização, pela terra ocupada, mas apenas pelas benfeitorias porventura consideradas de boa fé; o que no caso aqui aventado (Guarani/Kaingang-Mato Preto/Ventarra/Serrinha) motivou indenização foi o ressarcimento pelos títulos indevidamente expedidos, aos seus detentores, e não pagamento pela terra, que é propriedade da União. A história da ocupação colonizadora não é menos relevante para discernir a pertinência da atuação dos diversos órgãos públicos; no caso dos procedimentos para identificação e delimitação das terras guarani no Mato Grosso do Sul, a atuação conjunta dos órgãos fundiários nas esferas federal e estadual pode ser decisiva para concluir a regularização fundiária que apenas se inicia, já em meio a um cipoal de ações judiciais e chacinas; no caso da regularização fundiária da TI Raposa Serra do Sol em Roraima, o pleito descabido por indenização de benfeitorias, sabidamente de má fé, foi mero recurso protelatório, usado como instrumento de chantagem pela elite política local em troca de apoio aos projetos governamentais no Congresso Nacional, serviu para retardar por décadas a conclusão dos procedimentos administrativos, levados, ao final, a julgamento no Supremo Tribunal Federal.

E tanto no plano local, como nacional, a história das relações entre os povos indígenas e colonizadores também não é menos relevante para a formulação de soluções mais gerais para a restituição de uma dívida histórica secular. Considerando o conjunto das 644 terras indígenas existentes no país, das quais 433 encontram-se regularizadas, temos ainda, portanto, 211 tramitando pelas sucessivas

etapas de reconhecimento, que somadas às cerca de 350 reivindicações formalizadas pelos índios atualmente - abrangendo desde a identificação de novas áreas como também da revisão de limites de terras que foram criadas aleatoriamente sem qualquer estudo ou referência a ocupação tradicional - perfazem praticamente o mesmo tanto das terras regularizadas. Juntando, então, terras reivindicadas com terras em processo de reconhecimento, temos pela frente ainda metade do caminho por reconhecer, percorrer - se não em extensão de áreas, creio que consideravelmente menores, mas, em todo caso, por regiões de grande complexidade, onde se vivencia com muita intensidade a elaboração, re-elaboração, a emergência, ressurgência... de identidades étnicas; onde a densidade demográfica é maior, o custo é muito mais alto e os embates políticos são mais acirrados. Por isso a importância de vislumbrarmos e criarmos os caminhos e as soluções.

Ao fazermos uma conta histórica nacional, torna-se claro que a aplicação do princípio constitucional, o reconhecimento e a restituição das terras de ocupação tradicional aos índios requer, necessariamente, a constituição de um fundo de recursos financeiros - assim como se criou para o ordenamento fundiário na Amazônia, em função da sua relevância no cenário político internacional - que permita indenizar ocupações e instalações dentro de um programa de regularização fundiária que contemple não só o que é veiculado pela mídia como a última grande floresta do planeta, como a Mata Atlântica, o cerrado, não só a biodiversidade mas também a sociodiversidade. Portanto, a disponibilização de recursos para a reparação de erros cometidos pelo próprio Estado ao titular terras indígenas, e outros programas conexos, que possam fazer não uma aplicação mecânica do artigo 231, mas articular e concatenar a aplicação desse princípio constitucional, tanto com possibilidades de reparação que minimizem ou evitem o acirramento dos conflitos, violentando ainda mais as populações indígenas nesse moroso processo administrativo; como também, pensando agora à frente, para que se faça uma conta ambiental. Questão também um tanto explorada pela mídia, e até mesmo, incrivelmente, pela perspectiva do agronegócio, as distinções entre a legislação ambiental e a legislação indigenista, ou ainda, as áreas em que se sobrepõem a legislação indigenista e a legislação ambiental, ou

em outros termos, as divergências apresentadas por alguns segmentos ambientalistas mais ortodoxos, e alguns indigenistas, tem se revertido contra ambos. É como se ambas as legislações não se reforçassem mutuamente.

Aqui, já não é mais o caso de voltarmos a detalhar o plano para identificação das terras de ocupação tradicional elaborado pelas lideranças kaingang em Passo Fundo, mas chegando ao terceiro tempo, ou período, eu gostaria de concluir com uma observação sobre o tema de hoje, gestão, onde se encontram os planos local e global. Para cada área, poderíamos contar perfeitamente com o trabalho dos antropólogos, de produzir boas etnografias, boas descrições das próprias relações dos povos indígenas com os vários habitantes do seu cosmos e, portanto, nessas descrições, poderem demonstrar que os índios também têm suas próprias relações de evitação, ou relações privilegiadas, ou modalidades diversas de relações com os vários seres que habitam ou co-habitam seus territórios. Assim poderemos fazer um entendimento mais pormenorizado, mais detalhado, mais preciso, naquilo que as próprias práticas culturais diversas prestam-se oferecer, ou mesmo propor em termos de convivência com a legislação ambiental nas várias áreas e então podermos superar supostas divergências que são instigadas por aqueles que pretendem legislar com exclusividade nessas áreas e para isso valer-se do falso dilema de uma concepção de natureza que exclui os humanos, como se animais não fossem, opondo proteção ambiental e direitos indígenas.

Então, por um lado temos a tarefa de produzir boas etnografias que venham a demonstrar que nas práticas atuais os povos indígenas têm convivido com diversas espécies em melhores condições do que se pretende conservá-las nas próprias áreas de proteção ambiental, como também, por outro lado, suas articulações com os diversos segmentos da sociedade nacional. Os povos indígenas não vivem num vácuo, e, portanto, debater e problematizar as questões afetas ao reconhecimento de direitos territoriais, como se está fazendo aqui, é da maior importância para que se questione também os entornos dessas áreas, para que se pense nas formas de convivência possíveis e desejáveis, ao invés de empurrar os índios para a clandestinidade, para as beiras das estradas, para a sujeição aos madeireiros, garimpeiros, traficantes... É

no debate público que encontraremos proposições construtivas, que nos permitam uma convivência menos violenta e mais gratificante do que tiveram nossos pais, para nossos filhos.